

Com fome, não há desenvolvimento

Recessão, pandemia e falta de políticas públicas pioram insegurança alimentar no Brasil

Marcia Castro

Professora de demografia e chefe do Departamento de Saúde Global e População da Escola de Saúde Pública de Harvard

A alimentação é um dos direitos sociais previstos na Constituição Federal Brasileira, bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, Josué de Castro, em seu livro *Geografia da Fome* (publicado em 1946), descreveu a fome não como algo natural, mas como um fenômeno social, a cruel expressão da ingerência política e de um histórico de exploração humana e ambiental. Reconhecido internacionalmente por sua incansável luta contra a fome, Josué de Castro foi nomeado ao prêmio Nobel da paz em 1953,

1963, 1964 e 1965.

Abordar a fome como fenômeno social era a base do Programa Fome Zero, que foi lançado em 2003 e que continha um conjunto de ações voltadas à promoção da inclusão social, da educação alimentar e nutricional, e da produção e distribuição de alimentos com qualidade, quantidade e regularidade. Após 11 anos do programa, o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014.

A situação piorou com a recessão econômica, e se deteriorou com a chegada da pande-

mia. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre 2017 e 2018, já mostrava que, em cinco anos, houve um aumento de 42% no número de pessoas que passavam fome. Esse retrocesso na insegurança alimentar tem geografia e demografia específicas. É maior nas regiões Norte e Nordeste, entre os mais pobres, com menos escolaridade e entre pretos e pardos.

A pandemia de Covid-19 piorou a insegurança alimentar em vários países, porém no Brasil o impacto foi maior. Dados do Gallup World Poll, analisados

pelo FGV Social, mostram que 17% das pessoas em 2014 não tinham dinheiro suficiente para comprar alimentos nos últimos 12 meses. Em 2019 eram 30%, e em 2021 chega a 36% (acima da média mundial, fato inédito na série histórica brasileira). Essa piora acelerada é mais uma das muitas consequências da má gestão durante a pandemia, e da falta de políticas sociais que promovam a redução das desigualdades.

Dois grupos populacionais foram afetados de forma desproporcional: os pobres e as mulheres. Entre os 20% mais pobres,

75% não tinham dinheiro suficiente para comprar comida em 2021 (eram 53% em 2019). Esse valor é muito maior do que a média mundial desse grupo populacional (48%). Já entre as mulheres, a insegurança alimentar aumentou 14 pontos percentuais entre 2019 e 2021, enquanto entre os homens houve queda de 1 ponto percentual.

Os efeitos da subalimentação e da fome são diversos, tais como deterioração das condições de saúde (incluindo saúde mental), morte precoce, fraco desempenho escolar, atraso no desenvolvimento infantil e redução da capacidade produtiva.

Com mais de um terço da população brasileira vivendo à margem da dignidade humana, a falta de ações sociais em larga escala para combater a fome e o corte de alguns programas que ajudam na redução da insegurança alimentar

(como por exemplo a construção de cisternas no semiárido) são inaceitáveis. Ou a atual liderança nunca leu Josué de Castro, ou tem como estratégia de eliminação da pobreza o aniquilamento dos pobres.

A cinco meses das eleições, não há debates sobre a fome no Brasil, e a proposta de Projeto de Nação dos militares é uma vergonha! Preconiza o agronegócio como fator estratégico de segurança alimentar, replica estratégias de exploração da Amazônia da época da ditadura, e prevê cobrança no SUS e na educação. Ignora a diversidade, a cultura, e as desigualdades.

Como disse Josué de Castro, "Enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come." Ou o Brasil muda e passa a priorizar a inclusão social e a redução das desigualdades, ou muita gente vai perder o sono.